



EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA REDE MUNICIPAL DE JACOBINA/BA: ESTUDO COLABORATIVO NA ESCOLA PROFESSOR CARLOS GOMES DA SILVA

Ana Lúcia Oliveira Freitas de Carvalho; Cristiane Kuhn de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia – UNEB ; E-mail: ana.lucia.carvalho15@gmail.com

Universidade do Estado da Bahia – UNEB: E-mail: cristiane-kuhn@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho, ainda em fase inicial, trata da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, na escola Professor Carlos Gomes da Silva, localizada no Bairro da Bananeira, no município de Jacobina, BA, tendo como colaboradores principais os docentes da escola. O objetivo que move este estudo é a compreensão de como as novas demandas postas à escola no que tange ao reconhecimento da diversidade e sua inclusão, particularmente de alunos com necessidades educacionais especiais, tem impactado na cultura escolar, mais especificamente nas práticas pedagógicas dos professores da rede de ensino municipal regular. Este estudo fundamenta-se nos trabalhos de Silva (2009), Mantoan (2004; 2015), Gomes (2008), Pacheco (2007), que discutem as questões da diversidade e da educação especial na perspectiva da inclusão, e os desafios de atender os estudantes em suas necessidades e especificidades no ensino regular. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com proposta metodológica colaborativa. Como instrumentos de pesquisa, serão utilizados o grupo focal e outras técnicas combinadas como a observação participante, que compreende a observação, a entrevista, o questionário e a análise de documentos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Práticas Pedagógicas. Diversidade. Cultura Escolar.

INTRODUÇÃO

A temática diversidade e inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais habita as discussões na área educacional, desafiando concepções e práticas pedagógicas de professores, gestores escolares e pais, pois exige planejamento e mudanças no sistema político-administrativo da escola, que envolvem desde alocação de recursos financeiros, adaptações físicas, adaptações/flexibilizações curriculares, revisão de formas de interação até propostas diferenciadas de aprendizagem.

Historicamente, foram silenciadas as diferenças de diversos grupos sociais, a exemplo das populações indígenas, dos grupos afro-descendentes, dos jovens e adultos, de crianças e jovens que abandonaram a escola e das pessoas que apresentavam necessidades educacionais especiais com ou sem deficiência. Esse último grupo teve sua educação em escolas especiais¹, sob a responsabilidade de especialistas, considerando-se a inexistência de políticas e de estratégias educativas que lhe oportunizassem o acesso às classes regulares de ensino e garantisse condições de permanência e de aprendizagem com sucesso e qualidade.

Considerando a concepção da proposta de educação inclusiva como inovação que propõe outros modos de pensar a escola e rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, isto é, como proposta para a transformação de práticas pedagógicas segregacionistas e excludentes em práticas que garantam o acesso e a permanência dos alunos público envolvido na educação especial nas classes regulares de ensino, justificamos essa investigação como forma de compreender como se dá a inclusão de pessoas com NEEs na escola regular da rede municipal de ensino, diante de uma sociedade que historicamente está marcada pelo modelo cartesiano/positivista e na noção de norma/normalidade que baseia as práticas escolares.

Para que se possa cumprir os objetivos propostos por este trabalho, a saber, investigar as práticas pedagógicas cotidianas dos (as) professores (as) da Escola Professor Carlos Gomes da Silva referentes à questão da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais; analisar como a Escola Professor Carlos Gomes da Silva tem contemplado as questões da diversidade e da inclusão dos alunos NEE em suas práticas pedagógicas previstas no Projeto Político Pedagógico; observar o

¹ Instituições que se especializaram em atender pessoas por tipo de deficiência em substituição ao ensino comum como, por exemplo, as APAEs.

funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais e sua relação com as salas de aula regulares, é preciso, primeiro, compreender como as novas demandas postas à escola no que tange ao reconhecimento da diversidade e sua inclusão, particularmente de alunos com necessidades educacionais especiais, tem impactado na cultura escolar, mais especificamente nas práticas pedagógicas dos professores da rede de ensino municipal regular. Para tanto, dedicamo-nos, nesta fase inicial do trabalho, a discutir, brevemente, o processo de consolidação do conceito de educação inclusiva, a partir da perspectiva dos direitos humanos, bem como o conceito em si.

METODOLOGIA

Para a realização da presente investigação, optamos por uma pesquisa de natureza qualitativa, delineada pelo levantamento bibliográfico e de análise baseada no paradigma interpretativo. Como instrumentos de pesquisa, faremos uso principalmente do grupo focal e de outras técnicas combinadas como a observação participante, que compreende a observação, a entrevista, o questionário e a análise de documentos (Projeto Político Pedagógico mais especificamente).

Para a efetivação do instrumento, será elaborado um protocolo de observação participante onde serão registrados dia, hora, local, período de observação e as observações descritivas e as reflexivas, que inclui as observações pessoais do pesquisador, atentando para que os registros sejam efetuados logo após as sessões de observação, evitando-se, assim, o esquecimento de informações importantes. Para tanto, pretendemos, primeiro, fazer uma análise documental que compreenderá a escolha, o acesso, a “coleta” e o registro dos documentos para a elaboração do relatório - registrar os processos, os produtos das práticas escolares e da função social da escola- através do Projeto Político Pedagógico e de outros Projetos da Escola), auxiliando no desenho e compreensão das práticas escolares e da esfera educacional em que são levadas a cabo, podendo, inclusive, informar se o problema e questão foi ou tem sido observado pela escola e seus professores, coordenadores e diretores. Estas etapas, contudo, são precedidas pela fase inicial de levantamento bibliográfico, aqui descrita, sobre produções acadêmico-científicas no que tange ao tema educação inclusiva, mapeando os conceitos-chave e sua evolução no debate que se inicia a partir da década de 1990 a partir de novas perspectivas e compreensão sobre o tema em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Silva (2009), no Brasil, foi devido às pressões dos movimentos sociais, na década de noventa, que as discussões sobre educação inclusiva tomaram corpo no rastro dos debates da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia. Porém, foi a Declaração de Salamanca, documento originado da Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, realizada na Espanha em 1994 que marcou as discussões sobre a temática. Iniciam-se os debates em torno da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais de modo a inclui-los, preferencialmente, na rede regular de ensino, caracterizando uma nova cultura escolar que, diferentemente da cultura escolar tradicional, visa o desenvolvimento de todos os educandos, preocupando-se em atender às necessidades apresentadas pelo conjunto de alunos e de cada um deles, independentemente de suas características e especificidades biopsicossociais, culturais, de suas experiências anteriores de escolarização ou da modalidade de ensino.

Conforme Brasil (2009), não há unanimidade sobre o conceito de educação inclusiva, apesar de ter sido tão debatido, ficando entendido, em alguns países, como uma abordagem de atendimento dentro do contexto escolar, a crianças com deficiências.

Sendo a inclusão educacional um dos maiores desafios atuais do sistema escolar, pois requer o atendimento às necessidades dos alunos matriculados, de forma responsável, aprofundar a discussão em torno das práticas pedagógicas cotidianas e das diferentes presenças na escola, visando o atendimento à diversidade e a inclusão, tornou-se imperativo para a prática de todos os (as) educadores (as) e para a modernização do processo educativo, “principalmente, a partir dos anos 1990, quando a questão das diferenças vem ocupando um outro lugar no discurso pedagógico” (Gomes, 2008, p. 3).

Tais práticas se configuram em afirmar a escola como um *locus* de saberes e fazeres múltiplos e contraditórios, não somente como local de instrução, mas também de tensão e confronto das diferentes forças sociais, culturais, econômicas e políticas no qual seus atores são autores e sujeitos da história, narradores de experiências, marcados pela diversidade que os constitui. Visto que a escola é um espaço sociocultural, interessa considerar como essas diferenças são percebidas e tratadas pelas práticas docentes, isto é, se essas práticas estão sendo ressignificadas em busca de estratégias

que saibam trabalhar com a diversidade presente, com vistas a atender às mudanças ocorridas nos últimos anos.

Neste processo inovador da inclusão, a reorganização e efetivação da proposta requer, entre outras medidas, a construção de novas dinâmicas educativas, a desconstrução da visão reducionista de que todos os alunos aprendem ao mesmo tempo e da mesma forma, requer uma reestruturação pedagógica, uma reconstrução que vá além da inserção de apoios e de práticas pedagógicas específicas. Ou seja, a complexidade do processo reforça, dentre outros, a necessidade de se refletir sobre como as práticas pedagógicas contemplam as questões da diversidade e da inclusão de alunos com necessidades especiais nas classes regulares do ensino e de se pensar e explicitar o funcionamento e a articulação ou não das atividades regulares da escola com a sala de recursos multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado.

Nessa mesma linha de raciocínio sobre práticas pedagógicas, concordamos com Mantoan (2015, p. 69), quando afirma que a inclusão

[...] não prevê a utilização de práticas/métodos de ensino escolar específicos para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esse limite e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

Entendemos que, para estar em acordo com o paradigma da educação inclusiva, é necessário que haja transformação da escola, entre outros, no sentido de adequar sua prática pedagógica a fim de garantir a efetiva participação de todos os alunos em todas as atividades do processo de ensino e de aprendizagem, destacando-se a sala de aula como ambiente principal para contemplar as questões da diversidade. Sobre as práticas pedagógicas, segundo Pacheco (2010, p.15) elas precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e abrangente do que numa escola tradicional, pois a inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças.

Compreendemos, com base nos autores citados, que a visão paradigmática de uma escola que se propõe a ser inclusiva é aquela na qual o aluno é o centro de toda a ação educacional, cabendo à escola ajustar suas práticas pedagógicas a um ensino que favoreça a todos, atendendo as suas necessidades educacionais especiais.

CONCLUSÃO

Sem a intenção de apresentar um modelo ou receita pronta para a transformação do processo educacional, entendemos que educação inclusiva é um processo que valoriza as diferenças, que envolve compromisso político e ações em direção à aprendizagem, envolvendo estratégias didático-metodológicas que contribuem para a formação dos indivíduos, no qual todas as crianças conseguem aprender e que está diretamente ligada à qualidade da educação ofertada para todos. Nesse caso, enfatiza-se a responsabilidade da escola de planejar estratégias para responder as demandas e retirar-se o foco sobre as dificuldades individuais.

Consideramos importante frisar que a educação inclusiva não se resume ao reconhecimento das diferenças e ao direito à matrícula e frequência dos alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares de ensino. Ela vai além e propõe a eliminação de obstáculos e barreiras que impeçam ou dificultem seu sucesso na aprendizagem e sua participação efetiva na sociedade, sendo imprescindíveis, quando necessárias, modificações físicas, adaptações curriculares significativas, implementação de estratégias pedagógicas, investimento na formação continuada dos docentes, organização da sala de aula, a fim de que o currículo proposto favoreça a todos os envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Nilma Lino. **Educação e Diversidade Cultural: Refletindo sobre as Diferentes Presenças a Escola.** Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/reitoria/neab/downloads/educacao-e-diversidade-cultural-refletindo-sobre-as-diferentes-presencas-na-escola>.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: o que é, por que, como fazer.** São Paulo, Summus, 2015.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

SILVA, Luciene, Maria da. **Diferenças Negadas: o preconceito aos estudantes com deficiência visual.** Salvador: EDUNEB, 2009.